



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 5

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de fevereiro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

VETOS PRESIDENCIAIS

- 1º) ao Projeto de Lei nº 4.484-B-62 na Câmara e nº 49-64 no Senado, que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (veto total);
- 2º) ao Projeto de Lei nº 2.173-C-62 na Câmara e nº 139-64 no Senado, que institui o salário-educação (veto parcial);
- 3º) ao Projeto de Lei nº 4.518-C-62 na Câmara e nº 127-64 no Senado, que autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos (SAS) a transferir para o patrimônio das Cooperativas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Triticultura Nacional (COTRIN) — (veto total);
- 4º) ao Projeto de Lei nº 9-64, C. N., que regula as promoções dos Oficiais do Exército (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto nº	Matéria a que se refere
1	1	Totalidade do projeto. 1º veto
2	2	Art. 6º e seu parágrafo. 2º veto
3	3	Totalidade do projeto. 3º veto
4	4	Do item 4º do art. 17, as palavras: "... e que satisfaçam as demais condições deste artigo". 4º veto
4	5	Parágrafo único do art. 66 (totalidade).

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 9 e 17 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 11:

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.484-B-62, na Câmara e nº 49-64 no Senado, que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.173-A-64 na Câmara e nº 139-64 no Senado, que institui o salário-educação.

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.518-C-62 na Câmara e nº 127-64 no Senado, que autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos (SAS) a transferir para o patrimônio das Cooperativas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Triticultura Nacional (COTRIN).

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 9-64 (C.N.), que regula as promoções dos Oficiais do Exército.

Dia 17:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 6-64 (C.N.), que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários nas autarquias que menciona e dá outras providências.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE,.....

Presidente

ATA DA 5ª SESSÃO, EM 10 DE FEVEREIRO DE 1965

Sessão Legislativa extraordinária, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E CATTETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Osmar Passos
Vivaldo Lima
Sigefredo Pacheco
Antônio Jucá
Ernirio de Moraes
Rui Palmeira
José Leite
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Benedicto Valladares

Nogueira da Gama
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Ireneu Bornhansen
Antônio Carlos
Attilio Fontana
Guilherme Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

SENADO FEDERAL

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Nºs 1 e 2, do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 1, de 1965

(Nº 4.583-C, DE 1962, NA ORIGEM)

Inclui no Polígono das Secas, o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica incluído nos limites da área do polígono das Secas, previstos na Lei nº 175, de 7 de janeiro

de 1936, no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946, e na Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, o município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia.

Art. 2º. O Município criado com o desdobramento da área do município, incluído total ou parcialmente no Polígono das Secas, será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão do Polígono das Secas.

Projeto de Lei da Câmara Nº 2, de 1965

(Nº 1.484-B, DE 1963, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o Sistema do Mérito no Serviço Civil Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Os cargos e funções gratificadas do serviço civil federal e das autarquias, excetuados os de direção

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	96,00
Exterior		
Ano	Cr\$	136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39,00
Ano	Cr\$	76,00
Exterior		
Ano	Cr\$	103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de eschequeamentos quanto à sua aplicação, solicitamos a quem preferir a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

ciência e idoneidade, a realizar ou supervisionar cursos com caráter de concurso ministrados por outras entidades oficiais ou oficialmente reconhecidas para habilitar candidatos ao provimento em cargos públicos federais e das autarquias.

§ 1º Para promoção, acesso, transferência ou readaptação poderão, também, ser instituídos cursos especiais, nas condições dos previstos neste artigo.

§ 2º Os cursos que tiverem finalidade de concurso deverão revestir-se dos característicos deste no respectivo processo de seleção para matrícula.

Art. 10. Nos processos gerais de treinamento de que trata o artigo 7º poderão ser utilizados, desde que fiscalizados e controlados, cursos por correspondência, pelo rádio e pela televisão.

CAPÍTULO III

Do Conselho de Defesa do Sistema do Mérito

Art. 11. Fica criado o Conselho de Defesa do Sistema do Mérito constituído pelos seguintes membros:

a) Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, que será o seu Presidente;

b) Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, que será o seu Secretário Executivo;

c) três membros da Comissão de Seleção e Saber Notório;

d) um representante da Academia Brasileira de Letras, designado pelo Presidente da República de lista tripartite apresentada pelo Presidente da Academia;

e) um representante da Associação Brasileira de Imprensa escolhido pelo Presidente da República, de lista tripartite apresentada pelo Presidente da Associação;

f) quatro representantes dos ocupantes de cargos de provimento efetivo de serviço civil brasileiro, sendo dois da administração direta e dois da administração indireta, no-

meados pelo Presidente da República de lista tripartite, constante de doze nomes, sendo seis da administração direta e seis da indireta, eleitos em pleito nacional realizado pela Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, sob a fiscalização da Justiça Eleitoral.

Art. 12. Ao Conselho de Defesa do Sistema do Mérito caberá, principalmente e mestrela colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público:

a) velar pela preservação do sistema do mérito na administração brasileira;

b) propor medidas tendentes a aperfeiçoar e aprimorar o sistema de mérito no Brasil;

c) promover e divulgar estudos sobre o sistema de mérito fazendo a sua propaganda perante os três Poderes da República e a opinião pública;

d) funcionar, obrigatoriamente, na instância administrativa, como órgão de recurso de reclamação ou representação contra atos da administração de pessoal praticados por autoridade do sistema administrativo federal e autárquico que atentem contra os princípios do sistema do mérito e o disposto nos artigos 151 e 153 da Constituição.

Parágrafo único. No prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua constituição o Conselho elaborará o seu Regulamento Interno, que será baixado pelo Presidente da República.

Art. 13. O mandato dos membros do Conselho de Defesa do Sistema do Mérito referidos nas alíneas c, d, e, f, será de 5 (cinco) anos não sendo permitida a recondução.

Art. 14. O exercício do mandato do membro do Conselho de Defesa do Sistema do Mérito será considerado serviço de alta relevância para o interesse público, não correspondendo ao mesmo qualquer vencimento, mas apenas uma gratificação de representação, fixada anualmente

superior ou de confiança pessoal serão providos através de processos seletivos e competitivos, ampla e intensivamente adotados atingindo toda a hierarquia funcional.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo refere-se a toda e qualquer forma de provimento, desde a primeira investidura até a promoção, a readaptação, a transferência, o acesso e o aproveitamento.

Art. 2º Nos casos das funções gratificadas de chefia, de assessoramento, de secretariado ou de outra natureza e dos cargos em comissão da direção intermediária o processo seletivo e competitivo abrangerá somente os servidores de classes ou séries de classes do serviço público federal e das autarquias que apresentarem estreita correlação com tais funções ou cargos.

Art. 3º Ao processo seletivo e competitivo para provimento em cargos de classes intermediárias ou finais das séries de classes do serviço público federal e das autarquias concorrerão apenas os servidores ocupantes de classe imediatamente inferior da respectiva série.

Art. 4º Dentro de 180 dias após a publicação da presente Lei, o Poder Executivo baixará regulamento dispondo sobre a forma e condições dos processos seletivos e competitivos a que se referem os artigos 1º, 2º e 3º.

CAPÍTULO II

Do Departamento Administrativo do Serviço Público

Art. 5º Ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) caberá, juntamente com o Conselho de Defesa do Sistema do Mérito, a que se refere o artigo 11, a responsabilidade principal de zelar pelo sistema do mérito, baixando normas que disciplinem e concorram para a sua adoção extensiva e intensiva prescrevendo ou aplicando medidas que o tornem efetivo no ingresso, no progresso, na designação para funções e na concessão de quaisquer vantagens a servidores públicos federais e autárquicos, e promovendo a integral execução desta lei e do regulamento expedido na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O DASP atuará como órgão central de estudos e pesquisas sobre o sistema do mérito, funcionando, predominantemente, na qualidade de repartição normativa e orientadora, cabendo-lhe propor a execução por órgãos dos Ministérios ou autarquias de atividades ligadas aos processos seletivos e competitivos que possam ser descentralizados.

Art. 6º Os processos seletivos e competitivos ajustar-se-ão na medida do possível, ao sistema educacional, que deverá ser a fonte de suplenção básica do pessoal para os serviços públicos.

Art. 7º O treinamento é processo supletivo do sistema educacional, por ele sendo responsável, no que concerne à aquisição de qualificação, a Escola do Serviço Público na qualidade de órgão central, como as chefias de todos os níveis.

Parágrafo único. O treinamento receberá como esboço as ideias de cada Ministério ou órgão da administração continuando a ser ministrado pelos respectivos comitês atualmente existentes ou que venham a ser criados, sendo também por ele responsáveis os chefes interligados de todos os níveis.

Art. 8º O Departamento Administrativo do Serviço Público organizará e executará programas de concursos que possam atender contínua e ininterruptamente a todas as necessidades de pessoal habilitado para quaisquer classes ou séries de classes do serviço civil federal e autárquico.

Art. 9º O regulamento que for expedido na forma do artigo 4º poderá autorizar a Escola do Serviço Público e outros órgãos de treinamento, geral ou específico, de reconhecida efi-

por decreto do Presidente da República.

Art. 15. O Conselho de Defesa do Sistema do Mérito reunir-se-á pelo menos uma vez por mês e deliberará com a presença da metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

Art. 16. O Departamento Administrativo do Serviço Público através da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, promoverá os serviços de Secretária do Conselho de Defesa do Sistema do Mérito.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Especial de Concurso

Art. 17. Além das dotações orgânicas próprias, correrão as despesas de qualquer natureza com a realização de concursos por um Fundo Especial de Concurso, constituído pela cobrança a cada candidato de taxa de inscrição que será de 2% sobre o valor do maior salário-mínimo vigente no momento.

Parágrafo único. Os recursos arrecadados à conta do Fundo de que se trata serão movimentados, aplicados e comprovados de acordo com as normas vigentes para os fundos dessa natureza.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 18. Aplicam-se, no que couber, às empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações do sistema administrativo federal os critérios de administração de cargos e pessoal fixados nesta lei.

Parágrafo único. Caberá ao Departamento Administrativo do Serviço Público orientar as entidades referidas neste artigo, na adaptação de seus sistemas de administração de cargos e pessoal ao disposto na presente lei.

Art. 19. É dever de qualquer funcionário representar ao DASP ou ao Conselho de Defesa do Sistema do Mérito contra os atos que contrariem o disposto nesta Lei.

Art. 20. Com as ressalvas do disposto no artigo 4º o parágrafo único do artigo 12, o Presidente da República baixará, dentro de 120 dias, os regulamentos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 21. O Presidente da República determinará a realização de estudos com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de classificação dos cargos e funções de todos os serviços que integrem o sistema administrativo federal.

Art. 22. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Constituição e Justiça.

PARECERES

N.ºs. 24 e 25, de 1965

N.º 24, de 1965

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1964 (n.º 243-B-53 na Câmara), que altera o Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

Relator: Sr. Antônio Carlos

O presente projeto, de autoria do então Deputado Vasconcelos Torres, altera a redação do caput do artigo 27 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, que passa a ser a seguinte:

“Art. 27. Nos casos de incapacidade temporária, a indenização é devida a partir do dia que se segue ao do acidente”.

2. A atual redação do mencionado artigo estabelece:

"Art. 27. Nos casos de incapacidade temporária de duração inferior a quatro (4) dias, a indenização é devida apenas a partir do segundo dia que se seguir àquele em que se verificar o acidente. Quando perdurar por mais de quatro (4) dias, deverá ser paga desde o dia que suceder ao do acidente".

3. Antes de emitirmos um pronunciamento quanto ao mérito da proposição, julgamos aconselhável a audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e nesse sentido é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1964. — Vivaldo Lima, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Atilio Fontana. — Walfredo Gurgel. — Eugênio Barros.

(Nº 25, de 1965)

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1963 (ap. 253-B-59, na Câmara dos Deputados), que altera o Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

O Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1963, sobre o qual opina a Comissão de Legislação Social, é da autoria do então Deputado Vasconcellos Torres e modifica a redação do artigo 27, do Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho, assim redigida.

Art. 27 — "Nos casos de incapacidade temporária e de duração inferior a quatro dias, a indenização é devida a partir do segundo dia que se seguir àquele em que se verificar o acidente. Quando perdurar por mais de 4 dias deverá ser pago desde o dia que suceder ao acidente".

Tramitando na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu emenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada na forma do substitutivo e remetida ao exame do Senado.

A matéria é interessante, envolvendo aspectos humanos e sociais, principalmente se considerarmos um fato paradoxal qual seja o do operário acidentado, obrigado a permanecer afastado do trabalho por mais de quatro dias receber a indenização a partir do dia seguinte ao do acidente, ao passo que se retornar antes de quatro dias, vem a perder um dia de indenização, a qual será devida somente a partir do segundo dia que seguir ao acidente.

A atual proposição é justa e vem corrigir falha na legislação vigente, disciplinando em definitivo o assunto, motivo pelo qual a Comissão de Legislação Social é de parecer que deve ser aprovada.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1964. — Vivaldo Lima, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Eurico Rezende. — Eugênio Barros. — Ruy Carneiro. — Antônio Jucá. — Walfredo Gurgel.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Projeto de Resolução

Nº 18, de 1965

Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o Funcionário da Secretaria do Senado Federal Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo.

O Senado Federal resolve: Artigo único. E' posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, no

Estado da Guanabara, nos termos dos artigos 92 e 369 da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens de seu cargo, o Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro desta Secretaria, Sebastião Ruy Rollo Maciel.

Justificação

A Presidente do Banco Nacional de Habitação solicita ao Senado seja posto à disposição daquele Órgão, instituído pela Lei nº 4.320, de 21 de agosto de 1964, o servidor desta Secretaria, acima referido, pelo prazo de um ano, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens inerentes ao seu cargo, tendo em vista estar o referido Banco na fase de organização, ainda sem organização da receita perfeitamente definida, principalmente no que se refere aos recursos destinados ao critério de sua administração.

Nestes termos, submete o presente projeto de resolução ao exame de seus pares.

Sala das Comissões, em 10 de fevereiro de 1965. — Camilo Nogueira da Gama. — Dinarte Mariz. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Vasconcelos Torres. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O presente projeto, de autoria da Comissão Diretora, não depende de parecer de outra comissão. Será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia. Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

OSR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente. Senhores Senadores, é a primeira vez que ocupo a tribuna neste ano e como sempre, para trazer ao Plenário da Casa assuntos de importância — cuja correção deve ser feita com urgência — todos eles essenciais ao desenvolvimento econômico do País. (Lendo).

Mais uma vez venho chamar a atenção da Nação e desta Casa para a situação difícil que atravessamos, sob todos os aspectos. Nem sei, sinceramente, se deva apelar para os responsáveis pelo destino do País, que estes parecem estar premeditadamente surdos, cegos e mudos a esse respeito. O certo é que não estarei dizendo novidade nenhuma ao afirmar que em todos os setores da produção nacional só encontramos decréscimo e desesperança: Já começou a dança das concordatas, anunciando falência sobre falência, e em janeiro São Paulo bateu o triste recorde de títulos protestados: oito bilhões de cruzeiros!

A situação das empresas, sem capital de giro, e os enormes encargos criados pelo atual Governo para este ano deram causa a um clima sombrio e fúnebre de liquidação iminente.

O dinheiro que circulava nas empresas para compra de matérias-primas, para pagar energia e para pagamento de mão-de-obra desapareceu, sugado impiedosamente pelos agiotas, dentro e fora de bancos inescrupulosos, e pelo Governo, que criou encargos intoleráveis.

Até agora só temos tido aumentos sobre aumentos, sem qualquer recompensa por estes exageradíssimos ônus. O custo de vida, ultrapassando no ano passado a 90 %, completou essa obra destruidora da economia brasileira.

E' certo que há círculos e setores, notadamente governamentais, que a esta hora antegozam uma vitória de natureza estritamente pessoal, sobre os interesses da própria nacionalidade. São os entreguistas, os testas-de-ferro, os bonecos de engongo de grupos estrangeiros e agiotas, sob qualquer pretexto. Um dando banquete para o Outro e o Outro para o Um, num regabofe permanente, a assinalar a era do ouro de entreguismo.

Enquanto isso, o nosso sacrificado e esquecido povo assiste, boquiaberto, a absurdos como a liberação dos preços dos produtos farmacêuticos, dando como resultado imediato a alta de cem, duzentos por cento, e até muito mais, entre dezembro de 64 e janeiro de 65. Dos quatrocentos produtos que tiveram seus preços congelados, mesmo assim com "aviso prévio", somente cerca de uma dúzia tinha saída, arrendável, de modo que tal congelamento nada significou como defesa da bolsa do pov — como se o Governo tivesse congelado o preço do rapé. Agiram somente para agradar e enriquecer mais ainda os verdadeiros monopolizadores desses produtos.

Ainda ontem, em São Paulo, o Chefe do Governo, num estranho processo de transferência de culpa, apelava para que os industriais não remarcassem os preços dos seus produtos, como se fossem os responsáveis pela alta do custo de vida, com se eles é que estivessem errados. Ora, o erro é dos que dirigem os destinos da nação, que vivem dentro de uma verdadeira orgia orçamentária e ao mesmo tempo arrecadadora, a par de uma desastrosa política sobre os serviços e os servidores públicos. Hája vista que há um ano aguardo informações do DASP sobre o número exato dos servidores públicos.

Há poucos dias no Recife um homem de bem — Frederico Von Shosten — que trabalhou durante quase quarenta anos sem uma mancha na sua vida, suicidava-se por não poder fazer a folha de pagamentos dos seus operários.

Enquanto isso, brasileiros com "Z" se divertem em programas de rádio e televisão à custa da nação citando BRECHT. Refiro-me ao Primeiro Ministro Roberto Campos que, como brechtiano prático, esteve, está e estará sempre bem, quer se mudem povos ou governos.

Mas, Senhor Presidente, senhores Senadores, não bastasse esse sombrio panorama interno, triste e entristecedor, em cuja pintura absolutamente não carreguel nem nas tintas nem nas cores, surge agora nosso Embaixador em Washington com a alegria e o entusiasmo de quem tivesse conseguido notável triunfo, anunciando que acaba de assinar um pretensioso acordo de investimentos, dando garantias de tal forma ao capital e aos capitalistas americanos que inicialmente me recusava a acreditar. Mas as agências telegráficas, na sua missão de informar, não haviam falhado com a verdade. Aliás, trata-se do mesmo diplomata que já havia brilhado demasiadamente no caso da compra das concessionárias pelo monstruoso preço de trezentos e setenta milhões de dólares. Pois ele, em nosso nome, firmou um "acordo" que dá garantias contra a inconvertibilidade, expropriação, guerra, revoluções, danos causados por insurreições e, em certos casos, participação nos riscos dos negócios.

Não sei como não se garantiu contra a febre amarela, a peste bubônica, a febre aftosa, ou o enfarte do miocárdio...

Nunca vi tamanha demonstração de capacidade entreguista, de renúncia antecipada da nossa soberania. Se nossa Carta Magna — como as de todas as nações do mundo — prevê a expropriação, como renunciar essa faculdade por antecipação, em relação a alguns particulares, ainda mais estrangeiros? Daqui por diante nada mais poderá ser expropriado: ao menor indicio de que o Poder Público pretende desapropriar um imóvel ou bem, basta vendê-lo a uma firma estrangeira! A que ponto chegamos, Senhor Presidente, e para evitar que essa monstruosidade passe aqui por esta Casa é que desde já estou alertando meus dignos pares.

Infelizmente, aliás, está se generalizando o mau vício de o Itamarati as-

sinar acordos e mais acordos, tratados e convênios sem a necessária audiência do Congresso Nacional, ao qual apresentam o fato consumado, quando os favorecidos já estão no pleno uso e gozo desses favores. O Ministério do Exterior, na verdade, continua a ser cada vez mais do exterior estranho aos problemas que afligem o nosso povo e a nossa gente. Quando entregarem sua chefia a homens que não comem macular seus punhos de renda ao convívio com os trabalhadores e os homens de empresa, com aqueles que sentam na própria carne o drama de nossa ansia de desenvolvimento? Quando essa gente vai trocar as "Mil e uma Noites" pelo estudo aprofundado e sério de nossos problemas?

A cada dia que passa aumentam nossas dívidas externas, nossa produção física per capita não acompanha o que o país necessita para vencer as barreiras do subdesenvolvimento, e é cada vez maior nossa dependência do exterior.

O preço da energia sobe de mês para mês, para que possamos pagar aquela famigerada compra das concessionárias.

E que dizer do ritmo alucinante de nossa "explosão demográfica"? Já estamos com cerca de 82 milhões de habitantes governados — ou melhor, desgovernados — como se se tratasse de um clube fechado, onde só os iniciados têm entrada e guarida.

Daqui a pouco, ser brasileiro passará à categoria de crime, será considerado traição plantar trigo, e réu de nefando delito de lesa-pátria quem tentar produzir qualquer coisa sem subordinação aos grupos do exterior.

Que adianta, para nossos cada vez mais empobrecidos industriais, a Portaria 276 da SUMOC, que autorizou a entrada no país de equipamento e material usado pelo preço que bem entenderam, sem o menor controle e ditando condições somente ditadas para nações que alienaram sua própria independência? Como vai o empresário nacional concorrer com os poderosos grupos lá de fora?

Que dizer do petróleo, do cobre, enfim todas essas agora denominadas "áreas de atrito"? E porque tanto pavor de atrito, ao ponto de renunciarmos nossa própria soberania?

Mais uma vez pergunto: para que servem nossos diplomatas? Para bailar, bisbilhotar, bebericar, e vigiar à custa da nação?

Faça acima no cobre. Pois bem, temos de comprá-lo no mercado de Londres 40% mais caro do que no mercado normal... sempre para "evitar atritos" com os fornecedores estrangeiros.

Não podendo me conformar, como cidadão e representante do povo, com essa situação, aqui estou para dizer alto e bom som tudo o que penso. E' o direi e repetirei sempre, até que se coloque — somente à força — um zéper na boca deste nacionalista temperamental.

Senhor Presidente, para terminar quero deixar novamente bem claro que não sou contra o capital estrangeiro. Sou contra, isso sim, as concessões e os favores excessivos que estão sendo proporcionados ao capital estrangeiro, que acabará por escravizar e algarimar nosso povo e nossa gente.

O Sr. Adolpho Franco — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Adolpho Franco — Sr. Senador José Ermírio, subscrevo diversos trechos do discurso de V. Exa. Mas não posso concordar com a passagem em que V. Exa. critica o apelo que o Sr. Presidente da Re-

pública fez, em São Paulo, às classes produtoras. Também sou um homem de empresa. V. Exa., como eu, sabe que a inflação se apresenta sob diversos aspectos: 1º uma quebra dos princípios orçamentários (talvez seja o mais grave); 2º descontrolado sobre o salário; 3º velocidade da moeda; 4º ganância do empresário. E nós todos — não acuso a um ou a outro, mas a todo homem de empresa do Brasil — ainda não modificamos a mentalidade que vem de 25 anos atrás: continuar ganhando cada vez mais e a apresentar nos nossos balanços, resultados maiores. O industrial, o comerciante e o banqueiro precisavam ganhar mais, pois a desvalorização da moeda a isso os obrigava. Do contrário, se tornavam empobrecidos. Mas agora que o Governo, no controle das suas despesas, apresenta um Orçamento, quase dominado o déficit que o vinha devorando, as empresas precisam também se convencer, e por isto foi justo o apelo do Sr. Presidente da República, no sentido de que nós, empresários, diminuamos nossos gastos e controlemos nossos preços.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pergunto ao nobre Senador Adolpho Franco quantas indústrias S. Exa. está montando atualmente.

O Sr. Adolpho Franco — Não sou industrial.

É bom que V. Exa. procure saber. O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Então no Brasil, quem pode comprar, por exemplo, um torno ou uma máquina qualquer? Se as indústrias ganham tanto dinheiro assim, porque não melhoram suas fábricas comprando equipamentos novos para sair do arcaísmo em que se encontram? Onde, portanto, está todo esse lucro?

O Sr. Adolpho Franco — Nobre colega, em parte, se fez com a indústria, o progresso industrial porque ele se faça normalmente, sem inflação, e o desejo do Governo é de inflação, que é um imposto que todo brasileiro paga.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Rematando as observações de V. Exa., Senador Adolpho Franco, posso afirmar-lhe o seguinte: não conheço indústria, no Brasil, que, apesar de ter ganho, pelos seus balanços, somas vultosas, tenha tido, realmente, lucro industrial — lucro bancário é outra coisa.

O Sr. Adolpho Franco — Estão mais enriquecidas...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Penso que estão é mais empobrecidas, em todos os lugares.

O Sr. Adolpho Franco — ... nos seus estoques e patrimônios.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Estão mais empobrecidas, porque não têm dinheiro sequer para pagar seus operários, a energia elétrica que consomem, e para comprar matérias primas. Esta, realmente, a situação das empresas industriais no País.

O Sr. Adolpho Franco — Há muito recurso desviado das indústrias.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Desconheço-o porque, em nosso grupo, nem dividendos damos.

O Sr. Adolpho Franco — Não me refiro a V. Exa.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Conheço indústrias que nem dividendos podem dar. Há, em verdade, alguns privilegiados, que podem aumentar mensalmente, os seus preços, os quais chegam a ser astronômicos. Esses, sim, é que deviam ser indicados, um a um, em público, para serem críti-

cados severamente como devem ser, mas não a indústria em geral.

(Lendo)

Sim, porque enquanto se dão tantas garantias, tanta segurança ao capital estrangeiro, os nacionais que se liquidem, grandes, médios ou pequenos, agricultores, pecuaristas ou industriais.

Senhor Presidente, quero ilustrar esta advertência e este apelo com as palavras do Presidente Wilson, que encontramos nos "Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana", organizados por Ernest R. May, edição de 1964, página 132:

"Há uma particularidade da história da América Latina a qual tenho certeza que lhes toca a fundo. Tendes ouvido falar de "concessões" aos capitalistas estrangeiros lá mas não aqui nos Estados Unidos. Nós não damos concessões; nós os convidamos a fazer investimentos. O trabalho é nosso embora nós os convidemos a investir nele. Não lhes pedimos que emprestem o capital e façam o trabalho. É um convite, não um privilégio; e as nações que são forçadas, por não se acharem seus territórios dentro da área principal da empresa e iniciativa modernas, a fazer concessões ficam numa situação em que os interesses estrangeiros podem dominar seus negócios internos, condição essa sempre perigosa e tendente a se tornar intolerável. O que essas Nações verão, portanto, é a sua emancipação ao capital estrangeiro uma reafirmação do caráter esplêndido que, apesar dessas dificuldades, elas têm sempre sabido demonstrar..."

E, mais adiante lapidarmente ensina o grande presidente americano:

"Eu preferia pertencer a uma nação pobre que fosse livre do que a uma nação rica que tivesse cessado de amar a liberdade".

Essa é a atitude que precisamos adotar, com urgência mais do que urgentíssima. E isso é o que temos de fazer, Senhores Senadores e Senhor Presidente.

Encerrando estas palavras, ditas com a sinceridade que aprendi a exercitar e cultivar, em todas as minhas atitudes e atividades, quero lembrar que a desorientação administrativa é nossa, é dos nossos Governos, não utilizando adequadamente a receita federal.

E onde quero chegar, nobre Senador Adolpho Franco!

O Sr. Atilio Fontana — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não!

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador José Ermírio, V. Exa. disse, numa passagem do seu brilhante discurso, que não carregaria nas tintas nem nas cores. Mas parece-me que, de certo modo, há uma dose de pessimismo um tanto excessiva, principalmente se considerarmos que essa situação vem de longe...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Certo, não estou dizendo que é de hoje; já é antigo mas de um ano para cá se tem acentuado muito.

O Sr. Atilio Fontana — ... e se vem agravando até esta data. O governo, que encontrou situação caótica em nosso País, se viu obrigado a adotar certas medidas drásticas. Daí o mal-estar que reconhecemos existir; tanto que, ainda ontem, desta tribuna, referi-me ao assunto afirmando que certas providências governamentais, em matéria financeira, não têm sido acertadas. Reconhecemos, no entanto, que outras foram e

são, realmente, salvadoras. Faziam-se necessárias sem que os Governos passados a adotassem.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — De pleno acordo com V. Exa. Ressalto, porém, que a situação industrial, comercial e agrícola do país, atualmente, não é nada desejável.

O Sr. Atilio Fontana — Neste particular concordo plenamente com V. Exa.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço, Sr. Senador Atilio Fontana, o aparte de V. Exa.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores — e gostaria eu que o Sr. Senador Adolpho Franco estivesse presente neste momento — basta comparar a distribuição da receita entre o orçamento do Brasil e o do México, onde cerca de 40% é aplicada para o desenvolvimento econômico, 20% para educação, e somente 10% para as Forças Armadas. Entre nós há verdadeira inversão dessa porcentagem, o que evidencia nossos erros, que vêm de longe.

Há ainda um fator da mais importância, que é a nossa política em relação ao trabalho. Nos países civilizados o trabalho constitui força ponderável e eficiente, que atua e produz. Infelizmente no Brasil isso não existe, tanto no serviço público como em muitas atividades privadas.

Encarando-se todos esses aspectos da conjuntura nacional, com patriotismo, mas ao mesmo tempo com realismo, encontraremos o caminho a seguir para o Brasil vencer esta crise de consequências imprevisíveis. Crise que não tenho dúvida será ultrapassada e vencida, se somarmos nossos esforços numa luta dura e titânica, que será de todas as horas. Muito agradecido. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra do nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa) ...

S. Exa. também não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIM:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra do nobre Senador Benedito Valladares.

O SR. BENEDITO VALLADARES:

(Lê o seguinte discurso): Senhor Presidente. Os períodos revolucionários trazem às vezes exageros e injustiças que surpreendem a quantos tocam deles conhecimento.

O exemplo disto é a Revolução Francesa em cujas páginas encontramos acontecimentos que enfiavam as boas intenções dos revolucionários daquela época.

Diante dos enormes benefícios que a atual revolução trouxe ao Brasil, a opinião pública se sente chocada com pequenos atos que a desfiguram e desprestigiam. Assim está acontecendo com o fato de terem sido indicados pela simples razão de terem pertencido ao Conselho da NOVACAP, os nomes do General Ernesto Dornelles e do advogado Tancredo Martins, já falecidos.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Sempre adversário políti-

co do General Ernesto Dornelles, tenho a declarar que endosso o conceito generalizado de que, indiscutivelmente, era um homem correto e de bem.

O SR. BENEDITO VALLADARES — Agradeço pelo aparte de V. Exa. (Lê).

O General Ernesto Dornelles oficial distintíssimo, goza do mais alto conceito em Minas Gerais onde foi Chefe de Polícia, no Rio Grande do Sul, onde foi Governador, nesta Casa do Congresso, ao qual fez parte, e nas fileiras do nosso glorioso Exército. Da mesma maneira o Dr. Dr. Tancredo Martins, advogado e jurista, consultor dos mais eminentes de Minas Gerais. Ambos, se fossem vivos, só poderiam ser chamados pelas comissões de inquérito para combater os corruptos e subversivos. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattell Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a imprensa de Brasília, do Rio, de São Paulo e de todo o Brasil deu divulgação ampla, no domingo último, a respeito do Inquérito Policial Militar em que estão incluídos como indicados nomes da mais alta categoria, sob todos os aspectos em nosso País.

Era meu desejo dar um aparte ao Senador Benedito Valladares quando S. Exa. fazia a defesa do nome honrado do saudoso General Ernesto Dornelles e de um outro seu contemporâneo, que estão também envolvidos naquele IPM. Mas, infelizmente, o eminente representante de Minas Gerais foi muito rápido em sua exposição e não o querendo interromper deixei de fazê-lo, razão por que venho a esta tribuna formular a minha estranheza quanto ao arrolamento do nome do Dr. Samuel Vital Duarte, que também, com suprema geral, sobretudo para os paraibanos, está incluído no Inquérito policial-militar da NOVACAP.

O Dr. Samuel Duarte começou pobre sua vida pública na Paraíba atuando na imprensa de João Pessoa. Mago de grande talento e cultura, sua atuação foi de tal ordem brilhante que ele ainda muito jovem, modesto e pobre, mas, descendente de honrada família paraibana saiu do melhor órgão do Estado da Paraíba, "A União", que por algum tempo dirigiu, para representação federal da Paraíba.

Foi Deputado Federal várias vezes e Presidente da Câmara por duas sessões legislativas, sempre se impondo à consideração e admiração de seus pares.

Foi ele também Secretário da Justiça durante o meu Governo no Estado da Paraíba, e me sucedeu assumindo os destinos de nosso Estado conduzindo de modo a merecer apreço e admiração do povo paraibano. Esse eminente contemporâneo tem uma reputação perfeita, ilibada, não somente na Paraíba como em todo o Brasil e especialmente no Nordeste.

Advogado do Banco do Brasil foi o Dr. Samuel Duarte por muito tempo Chefe do Contencioso daquele estabelecimento de crédito em Recife. Nunca foi argüida contra a sua pessoa qualquer acusação. Tem as melhores relações em Pernambuco com em toda parte onde tem atuado. O Diretor da Carteira de Crédito Agrá-

da do Banco do Brasil, devotando-se sobretudo à nossa região, a coadjuvar da Bahia até o extremo Norte, enfim, onde operava aquela Carteira lá estava o Sr. Samuel Vital Duarte assistindo, com devotamento e honestidade, a todos seus patrícios.

E' portanto, Sr. Presidente, com real surpresa que vimos seu nome envolvido nesse Inquérito Policial Militar, e todos estão indagando que poderá ter havido quanto à pessoa de Samuel Duarte, aliás as indagações partem de uma coorte de personalidades do mais alto gabarito no mundo político, intelectual, jurídico e industrial do nosso País. Isto porque o Dr. Samuel Duarte foi — hoje é que pude apurar — durante algum tempo, Diretor da NOVACAP.

Aliás, o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o ilustre e brilhante Deputado Pedro Aleixo, vendo o nome do seu correligionário e amigo, o Deputado Guilherme Machado, que também foi diretor da NOVACAP, entre os indicados do IPM, fez a sua defesa segundo estou informado, estranhando estar o nome daquele destacado elemento da UDN envolvido no inquérito referido.

Os pronunciamentos estão surgindo de toda parte no resguardo da reputação de grandes figuras brasileiras, estranhamente figurando nesse inquérito, estando todos, como eu, certos de que, quando esse IPM for apreciado na Justiça, tudo ficará devidamente esclarecido. O nome dele foi envolvido no IPM talvez pela circunstância de ter por certo tempo, se não me falha a memória, feito parte do Conselho Fiscal da NOVACAP. Mas estou convicto de que sairá, desse lamentável equívoco, muito bem e como o merece.

Impunha-se, Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna do Senado para um depoimento sincero e proclamar a todo o País tratar-se de homem honesto, de grande cultura e brilhante inteligência.

Agora mesmo, Sr. Presidente, a mais alta Corte de Justiça da Paraíba, acaba de indicar o seu nome para, como desembargador, preencher uma vaga ali verificada.

O Tribunal de Justiça quando lhe conferiu tão alta e honrosa distinção o fez por tratar-se de uma figura ímpolita.

Fica, então, Sr. Presidente, nos Anais dos nossos trabalhos como julgamento esse eminente homem público da Paraíba, nesta hora em que surge seu nome envolvido no inquérito na NOVACAP.

O Sr. Guido Mondin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Guido Mondin — O que V. Ex^a está dizendo pode ser francamente estendida a outros nomes, que pelo menos eu conheço pessoalmente, do rol dos acusados, dentre eles citamos o doutor Israel Pinheiro e o senhor Bernardino Vaz. Não podemos aceitar nem em pensamento qualquer deslize de sua parte, da parte desses acusados. Mas o que realmente causa espanto, dói, magoa, nos faz pensar muito, é quando se relaciona dentre eles o nome de um morto, como o general Ernesto Dornelles, homem que conheci intimamente, incapaz do menos deslize. E não se respeita mesmo o fato de ele já estar morto. Portanto, a defesa que V. Exa. produz da tribuna, que se estenda aos nomes mencionados. E a outros mais. Temos certeza e segurança de que se contarmos exatamente o que se pretendeu apurar, iremos verificar que nada há em verdade. Mas conheço o velho apólogo que nos fala do transeiro de penas, lançado do alto de um minarete num dia de vento: vá recolher depois as penas ...

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do ilustre colega e meu caro amigo senador Guido Mondin.

No início do meu discurso, aliás já disse que quando o senador Benedito Valadares falava, eu daria um aparte, hipotecando minha solidariedade aos conceitos feitos à memória daquele grande gaúcho que dirigiu por alguns anos os destinos do Rio Grande do Sul, e que se portou sempre — não somente lá como em todos os cargos que ocupou — com lisura, dignidade e patriotismo.

O Sr. Atilio Fontana — Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Sr. Senador.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senhor Senador, estou ouvindo V. Ex^a fazer referências elogiosas a um ilustre paraibano cujo nome está aparecendo, nos jornais, como indiciado em inquérito policial-militar. Lamentavelmente vivemos uma fase, em nosso país, de governo revolucionário. Uma das características de tal tipo de governo é o surgimento daqueles que, ou por interesse político ou por qualquer outro interesse, procuram envolver homens de bem como indiciados em deslizes ocorridos em fase anterior. Não são poucos os nomes que apareceram na imprensa, inclusive o do Arcebispo de Brasília, além de outros nomes respeitáveis por todos os títulos, como é o caso de Samuel Duarte a que V. Ex^a está se referindo. Devemos, no entanto, suportar essa cruz por algum tempo — esta é a verdade — esperando, todavia, que não se prolongue indefinidamente. Devemos, também, estar com a consciência tranqüila, assim como todos os que estão sendo injustamente acusados, pois tais acusações serão como o vento que passa e não deixa vestígios. Era, Sr. Senador, o que desejava acrescentar ao oportuno pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço a intervenção do nobre Senador Atilio Fontana no meu discurso.

Indiscutivelmente, estamos ainda dentro da Revolução e esses fatos dela decorrem. Compete-nos, necessariamente, fazer a defesa dos amigos e antecipar os nossos depoimentos. Não sei o que determinou essa ocorrência, mas não tenho dúvida de que o Senhor Samuel Duarte se sairá bem, não só ele como todos aqueles envolvidos por equívocos. Dos que conheço faço o melhor conceito. Não vou citar nomes porque são muitos, mas compreendi perfeitamente o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Para mim, nobre Senador, esse fato não é surpresa. Coisa muito pior tem acontecido. Vou citar apenas este caso: o Supremo Tribunal Federal determinou, no célebre caso do polonês Paulo Gutko, que é reconhecidamente louco e atuou como uma das principais testemunhas no processo Mauro Borges, que fôsse ele recolhido a um hospital para ser examinado e tratado, como psicopata. Seu pai é um homem pobre, velho polonês que mora em Goiânia e que viera a Brasília acompanhado de dois psiquiatras e um advogado, procuraram o comandante do quartel em que se achava preso o polonês e pediram para falar com ele. O comandante declarou que absolutamente, não permitia. — "Mas, trata-se de uma resolução do Tribunal", insistiram. — "Não tem Tribunal, nem nada. Aqui, quem manda sou eu". O comandante não os deixou falar com o polonês Paulo Gutko. Dirigiram-se então ao Ministério da Guerra e a resposta foi a mesma. E' verdade que o Ministro

não estava presente e, sim, um assessor. A ordem era absoluta: — "Não se pode falar com o Sr. Paulo Gutko". Voltaram ao quartel em que, ainda hoje, está recolhido, em Brasília, o polonês e apelaram para que, pelo menos, o pai do louco o visitasse, pois ele já estava encarcerado havia mais de 6 meses. O comandante condeceu-se do pai do polonês e o deixou ver o filho. Grande foi a sua surpresa ao entrar na cela em que estava preso o psicopata: tinha ele o rosto ensanguentado, com as próprias unhas, o havia dilacerado, e ainda, avançou para o pai, tentando esganá-lo. Foi preciso que um soldado viesse em socorro. De modo que mais nada do que se passa no Brasil, me pode surpreender.

Resoluiu o Supremo Tribunal Federal fôsse enviado esse homem a um nosocômio, a um hospital de alienados a fim de submetê-lo a exame mental e tratamento. Não foi feito; o que mais se pode esperar?

O SR. RUY CARNEIRO — Grato ao aparte de V. Ex^a. Como acabei de dizer ao nobre Senador Atilio Fontana, também meu correligionário, de Santa Catarina, estamos vivendo um período revolucionário.

Sou amigo do Presidente Castello Branco. Tenho esperanças de que S. Ex^a com suas qualidades admiráveis de estadista e homem justo conseguirá, naturalmente, superar todas as dificuldades decorrentes desse estado de espírito próprio da Revolução.

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) — Conheço Samuel Duarte e por isto me sinto no dever de declarar que é uma das melhores expressões da vida pública brasileira. Vossa Excelência lhe faz justiça. Quando as conclusões desse IPM forem apreciadas pelo Judiciário e ele e outros tiverem a oportunidade de falar, tudo ficará, certamente, esclarecido.

O SR. RUY CARNEIRO — Sou reconhecido ao pronunciamento do meu velho amigo Senador Rui Palmeira, que vem ilustrar as minhas palavras. São conceitos como esses que justificam o motivo de minha presença na tribuna. Não poderia ficar mudo ante esse fato que envolve o nome honrado desse preclaro conterrâneo.

Não entro, Sr. Presidente e Senhores Senadores, na apreciação de exacerbações decorrentes do movimento revolucionário. A tribuna trago meu depoimento, uma vez que citado foi o nome de um grande e eminente paraibano: O Dr. Samuel Duarte, homem limpo, puro, de caráter, talento, cultura e probidade que honra a nossa Pátria! (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — De conformidade com o Art. 163, § 2º do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Jucá, permitindo-me lembrar a S. Exa. que dispõe de apenas quinze minutos para proferir sua oração.

O SR. ANTONIO JUCÁ:

Sr. Presidente, nobres Senadores, acabo de regressar do meu Estado natal. Em Fortaleza assisti à inauguração da eletricidade de Paulo Afonso, festa de alegria e de esperança.

Por certo, o fato proporcionará vida nova ao Ceará e desenvolvimento do seu Parque Industrial. Porém, em contraste com essa esperança, fui ferido pela realidade no interior do Ceará. E' que o camponês do meu Estado, infelizmente, ainda mergulhado num regime semifeudal, está sofrendo todas as agruras da situação climática atual por que passa o Estado. Centenas e centenas de cabeças de gado já começam a morrer e, se o

verão continuar, começará, então, a morrer o homem.

Para que V. Exa., Sr. Presidente, tenha noção da situação tétrica em que se encontra o camponês no interior do Ceará, basta que se diga que um litro de feijão, no interior do meu Estado, custa Cr\$ 400,00 e o seu salário diário para manutenção da mulher e, às vezes, de seis filhos, é de Cr\$ 400.

O camponês não tem proteínas. Geralmente, se existe na fazenda algum poço, tem felicidade de pescar um peixe com que saciar sua fome ou de caçar um preá, que comerá como fonte de proteína.

Na chapada de Ibiapaba eles estão já se alimentando de tanajuras torradas, com farinha. Esta a triste realidade do Ceará. Qual a solução imediata para isso? Que poderemos fazer pelo Ceará? Um Estado no qual há uma verdadeira explosão demográfica, onde os alimentos, onde a produção agrícola escasseia cada vez mais, onde a produtividade, baixa cada vez mais, e onde não há alimentos em quantidade suficiente para a população!

Se a situação da Capital pode melhorar, se assim há esperança para o futuro, em face da energia forte e, creio eu, barata de Paulo Afonso, qual a solução para o interior do Estado? Os açudes cheios? Não. Porque os açudes foram planejados, quase exclusivamente, levando em conta, às mais vezes, apenas a situação física da região da barragem, sem se pensar nos vales que estariam à juzante, sem que haja terrenos próprios para irrigação, em alguns casos.

De tal sorte, não se explica que imensas inversões, um verdadeiro patrimônio da Nação, tenha sido utilizado no Ceará e esses açudes permanecem como imensos lagos artificiais, servido apenas para a pesca sem qualquer irrigação. Muitos particulares, que têm irrigação, são ainda utilizados no plantio da cana com a qual é feita a aguardente para intoxicar o povo. E' indispensável um trabalho imediato de canalização e irrigação das grandes açudes a fim de que se tornem os mesmos economicamente úteis à sociedade, com aproveitamento de todas as terras aráveis.

Infelizmente, a SUDENE não tem levado ao interior do Estado do Ceará aquilo que prometeu. Temos um Governador — o Sr. Virgílio Távora — que se tem esforçado, demasiadamente, na solução de todos os problemas. Contudo, tais problemas são múltiplos, seculares, e S. Ex^a não tem conseguido solução para todos. Partiu com o Governador não caminha a SUDENE, e muito menos o Ministério da Agricultura. Este é o grande ausente no Ceará.

Quero terminar minha alocução, culpando, exclusivamente, o Ministério da Agricultura pela atual situação de meu Estado, e acusando esse órgão de inépcia, de não pretender resolver os problemas do Ceará. Boa parte desses problemas, para cuja solução lanço esse repto, este desafio, pode ser resolvida pelo Ministério da Agricultura, dentro de 4 ou 5 meses, como vou demonstrá-lo daqui a pouco.

A agricultura do Ceará é das mais atrasadas. O camponês tem à sua disposição, em 90% dos casos, exclusivamente uma foice, uma pá e uma enxada. O fogo faz o resto. Não conhece o cultivador; não usa o animal de tração, coisa já utilizada no antigo Egito, ao tempo do Faraó Ramsés II. No vale do Nilo já se utilizava o animal de tração.

Este o primeiro repto que faço ao Ministério da Agricultura. Introduzindo-se na lavoura do Ceará o animal de tração, aumentar-se-á, pelo menos, em quatro vezes mais a produção do Estado. Um camponês capaz de produzir quatro vezes mais se tiver à sua disposição um animal

der, um boi e um arado. Porque, do ponto de vista energético, o homem é máquina. Um burro, no trabalho, produz três vezes mais energia do que o homem.

Então, esta é uma maneira unilateral e materialista de olhar o problema. Não é com a energia muscular do homem que poderemos resolver o problema da produtividade do Ceará. Teremos que usar técnicos, cientistas, sementes, financiamento, mas não poderemos pascar da energia para o trator; não é o que estou pretendendo. Em lugar de passar do tempo do Farol para o começo do século XVIII, passemos da mesopotâmia para o tempo dos faraós. Não precisamos introduzir a agricultura motorizada no Ceará, apenas a tração animal. Posso assegurar que com a simples tração animal poderemos cultivar três vezes mais hectares do que com a energia humana exclusiva.

A cultura prevalente no Ceará continua a ser a do algodão moço, para exportação do Estado, associada, naturalmente, à cultura de subsistência, de milho, de feijão, etc.

Mps, aqui vai um segundo desafio ao Ministério da Agricultura: se nós introduzirmos no Ceará, imediatamente, a cultura do amendoim Arachis hypogaea nativa no Brasil, poderíamos, dentro de quatro meses, começar para o Ceará bilhões de cruzeiros. O ciclo vegetativo do amendoim é de 3 a 4 meses. No Ceará temos terras maravilhosas próprias para a cultura do amendoim. Leguminosas. O amendoim é uma planta de raiz quente e seca e encontra o seu habitat ideal no Ceará.

Pois bem: se o Ministério da Agricultura corrigisse já e já a distribuir amendoim aos lavradores do interior do Ceará, isto aliado ao financiamento aos pequenos agricultores e garantia de preço mínimo, teríamos uma resposta imediata, dentro de cinco meses, com uma produção de bilhões de cruzeiros. Porque nós não precisamos fábricas para essa produção de óleo de amendoim. O Ceará já tem uma das mais avançadas indústrias de óleos comestíveis do Brasil, das mais progressistas. Temos, no Ceará, uma indústria de óleos com 40% da sua capacidade ociosa, porque, enquanto a indústria de São Paulo trabalha com o caroço de algodão, o gergelim, a soja, o amendoim, a indústria de óleos, no Ceará, trabalha exclusivamente com o caroço de algodão e algum babaçu que nos chega do Maranhão.

O Sr. Ruy Carneiro — Oiticica também.

O SR. ANTONIO JUCA — Estou falando em óleos comestíveis, se não teria que falar também no óleo de oiticica, de mamona e de castanha do caju.

Respondo-lhes aos óleos comestíveis, milhares de litros um repto, com resposta imediata e uma solução imediata dentro de cinco meses para o Ceará.

Em primeiro lugar, enquanto um hectare de algodão moço produz 18 quilos de óleo, um hectare de amendoim produz 250 kg.; em segundo lugar, a torta de amendoim é muito mais rica em proteína que a torta de algodão. Então, no Ceará, grande deficiência proteica. Nas fazendas do interior do Estado pelas quais passávamos, observávamos que as crianças que não recebem proteínas. A torta de amendoim poderia também servir como alimento humano, a fim de corrigir essa deficiência de proteína verificada no interior de todo o Nordeste, como, aliás, já se vem fazendo na América Central.

Portanto, nisso se resume o repto, o desafio que lança o Ceará para o grande ausente — o Ministério da Agricultura.

Em primeiro lugar, a introdução do simples cultivador, do simples arado

per tração animal e isto por si só acarretaria produção três vezes maior. Não adianta uma lavoura com água ou sem água. O homem, com água ou sem água não pode lavar mais de 3 hectares. Se introduzir um cultivador e um burro para a lavoura de 10 a 12 hectares. Portanto, este primeiro desafio teria resposta imediata. O segundo, que julgo o mais importante, é a compra de sementes estaduais, com a distribuição gratuita, imediata, no interior do Estado, de sementes de amendoim, através do Serviço de Agricultura Estadual. Nesse sentido, graças ao planejamento do Sr. Governador do Estado, estamos bem aquinhoados e temos um corpo de agrônomos de elite. A esses agrônomos seriam enviadas sementes de amendoim para distribuição e instrução ao camponês. Dentro de 3 a 4 meses, que é o ciclo vital do amendoim, teríamos, por certo, uma produção de alguns bilhões de cruzeiros e a utilização da capacidade ociosa da indústria de óleos comestíveis do Ceará. Alimento, empregos e riqueza para a região. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 7, de 1965

Requeremos, com fundamento nos arts. 164 e 196 do Regimento, que a primeira parte do Expediente da sessão de amanhã seja dedicado a reverenciar a memória do inolvidável estadista britânico Sir Winston Spencer Churchill, há pouco falecido.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1965. — Benedicto Valladares. — José Guilomard. — Eugênio Barros. — Guido Mondin. — Antônio Jucá. — Bezerra Neto. — Vivaldo Lima. — Lobão da Silveira. — Vasconcelos Torres. — Barros Carvalho. — Antônio Carlos. — Menezes Pimentel. — Wilson Gonçalves. — Cattete Pinheiro.

Requerimento nº 8, de 1965

Achando-se em realização nesta Capital o Congresso das Assembleias Legislativas Estaduais, requeiro que o Senado, na sua condição de Casa representativa dos Estados, designe uma Comissão de 5 membros para acompanhar os trabalhos desse conclave. Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1965. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Os requerimentos lidos, nos termos regimentais, serão apreciados no final da Ordem do Dia.

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

1ª SESSÃO DE 1965
PRESIDENTES
José Guilomard
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção.
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Joaquim Parente
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix Huit Rosado
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Barros Carvalho
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino

Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Cilberto Marinho
Faria Tavares
Filinto Müller
Adolpho Franco
Mello Braga — (26).

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 293, de 1964 (nº 41056-B-62 na Casa de origem) que concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10%, imposto de consumo e taxas alfandegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, no Estado da Bahia, tendo parecer favorável, sob nº 1.643, de 1964, da Comissão de Finanças.

A votação será feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação. (Pausa).

Procede-se à votação

Vai ser feita a apuração. (Pausa).

Votaram "Sim" 26 Srs. Senadores e "Não" 4.

Houve duas abstenções.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada, que será feita de Norte para Sul.

(Procede-se à chamada).

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Wilson Gonçalves.
Dix Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Barros Carvalho.
Ermírio de Moraes.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Josaphat Marinho.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Mello Braga.
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos.
Atilio Fontená.
Guido Mondin.
Daniel Litzger.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A chamada acaba a presença de 35 Senhores Senadores.

Vai-se repetir a votação da matéria constante do item 1 da pauta.

Os Senhores Senadores já podem votar.

(Pausa.)

Vai-se proceder à apuração.

(Pausa.)

Votaram "Sim" 26 Srs. Senadores; "Não" 5 Srs. Senadores. Houve uma abstenção.

Está aprovado o projeto. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 293, DE 1964

(Nº 1.053-B, de 1963, na casa do SENADO)

Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, no Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10% (dez por cento) imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, para o conjunto de 2 (dois) terminais "Carrier", tipo ZGNT e no valor de US\$ 7.900,00, importados pela Companhia Telefônica Sul Bahiano, com sede em Itabuna, Estado da Bahia, da firma Standard Elektrik Arkiengeellschaft, Stuttgart, Alemanha.

Art. 2º A baixa do termo de responsabilidade referente à isenção de que trata esta lei, só será efetuada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 3º A isenção prevista nesta lei não se aplica aos materiais ou similares de fabricação nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao item nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 305, de 1964, (nº 1.301-B-63, na Casa de origem), que isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Ltda. (TV-Rio), tendo parecer favorável, sob número 1.670, de 1964, da Comissão de Finanças.

A votação será secreta.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim", 21 Srs. Senadores;

votaram "Não", 11 Srs. Senadores.

Houve 3 abstenções.

O Projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 305, DE 1964

(Nº 1.301-B-63, na origem) Isenta de imposto de importação de equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Ltda. (TV-Rio).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, exclusiva a taxa de despacho aduaneiro para equipamento de televisão contendo três licenças na DG 60-3.325-3.270 e DG-62-263-3.024, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Rádio Rio Ltda. (TV-Rio).

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º A baixa de Termo de Responsabilidade referente à isenção de que trata esta lei, só será efetuada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro):

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 308, de 1964, (nº 2.418-B-64 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o artigo 66 da Lei nº 3.244, de 1957, a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra, tendo parecer favorável, sob número 1.663, de 1964, da Comissão de Finanças.

A discussão foi encerrada na sessão de 1º de dezembro de 1964.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração.

(Pausa.)

Não há número.

Vai-se proceder à chamada. (Se feita a chamada.)

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Wilson Gonçalves.
Dir Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Barros Carvalho.
Ermirio de Moraes.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Josephat Marinho.
Vasconcellos Tôrres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Mello Braga.
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos.
Atílio Fontana.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A chamada confirma a presença de 35 Senhores Senadores. Vai-se passar à reanulação da votação do projeto constante do item 3 da pauta.

Os Senhores Senadores já podem votar.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 39 Senhores Senadores; "Não" 3; houve 3 abstenções. O projeto está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 308, DE 1964

(Nº 2.418-B-64, na origem)

Isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o artigo 66 da Lei nº 3.244, de 1957, a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção da taxa de despacho aduaneiro, a que se

refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para a importação da camioneta marca Chevrolet, modelo 1964, série 41135F311568, doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra presidida pela Senhora Eunice Weaver, pelo Lions Club de Pennsylvania, Estados Unidos da América.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro):

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 320, de 1964, (nº 2.424-B-64), na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede isenção de tributos para importação de bens e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.678, de 1964, da Comissão de Finanças e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda; da Comissão de Finanças, sobre a emenda.

Sobre a mesa requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 9, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra "1" e 274, letra "b", do Regimento Interno, requero adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1964, a fim de ser feita na sessão de amanhã.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1965. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em consequência, é retirada da Ordem do Dia.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 124, de 1964 (nº 775-B-59, na Casa de origem), que altera a redação do item X do artigo 79 da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), tendo parecer sob número 1.185, de 1964, da Comissão de Serviço Público Civil, favorável, com a emenda que oferece sob nº 1-CEPC.

Em discussão o projeto com a emenda.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está recusada.

Passamos à votação, por escrutínio secreto.

Em votação o Projeto, sem prejuízo da emenda.

(Pausa.)

Vamos proceder à contagem.

(Pausa.)

Votaram "Sim" 27 Srs. Senadores; votaram "Não" 2 Srs. Senadores.

Houve 2 abstenções.

Não há "quorum".

Vai-se proceder à chamada, na forma regimental.

Procede-se à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.

Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Wilson Gonçalves.
Dir Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Barros Carvalho.
Ermirio de Moraes.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Aloysio de Carvalho.
Josephat Marinho.
Vasconcellos Tôrres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Mello Braga.
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Responderam à chamada 35 Senhores Senadores.

Vai ser renovada a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1964, sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores já podem votar.

(Pausa.)

Vai-se proceder à contagem.

(Pausa.)

Votaram "Sim" 32 Senhores Senadores; votaram "Não" 2 Senhores Senadores.

O projeto está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 1964

(Nº 775-B, de 1959, na origem)

Altera a redação do item X do artigo 79 da Lei número 1.711, de 23 de outubro de 1952, (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o item X do art. 79, da Lei número 1.711, de 23 de outubro de 1952:

"X — Licença à funcionária gestante, ao funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional, na forma dos artigos 105 e 107 e aos funcionários atacados de tuberculose ativa, neoplasia maligna, cegueira, lepra e paralisia".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vamos proceder à votação da Emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

Os Senhores Senadores já podem votar.

(Pausa.)

Vai-se proceder à contagem.

(Pausa.)

Votaram "Sim", 30 Senhores Senadores; votaram "Não", 2 Senhores Senadores; houve 4 abstenções.

A emenda foi aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

Emenda nº 1 — CSPO

Ao art. 1º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 1º O item X do art. 79 da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952, passa a ter a seguinte redação:

"X — Licença à funcionária acidentada em serviço ou atacado de doença profissional, na forma dos arts. 107 e 108, item III, e dos funcionários atacados de moléstias consignadas no art. 101".

A MATÉRIA VAI A COMISSÃO DE REDAÇÃO

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 153, de 1963, de autoria do Sr. Senador Lobão da Silveira, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Artística Bragantina, sediada em Bragança, Estado do Pará, tendo pareceres favoráveis (ns. 1.364 a 1.366, de 1964), das Comissões de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece, sob nº 1-CCJ, de Educação e de Cultura e de Finanças.

Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vai-se proceder à votação do projeto, sem prejuízo da emenda, por escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 30 Srs. Senadores; votaram "Não" 5 Srs. Senadores; houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto de lei aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 1963

Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Artística Bragantina, sediada em Bragança, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' declarada de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1953, a Sociedade Beneficente Artística Bragantina, sediada em Bragança, Estado do Pará.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A dez de janeiro de 1892, um pugilo de chnegados bragantinos fundava na cidade de Bragança a primeira Associação de assistência social, que tomou o nome de Sociedade Beneficente Artística Bragantina.

Há sessenta e um anos, ali se instalava a primeira entidade de assistência social no município. Ela é, inequivocamente, a pioneira no campo humano da assistência. Tem lutado para sobreviver mas tem resistido e vai sobrevivendo, apesar dos poucos benefícios que tem recebido. Nessa longa caminhada porém, em cumprimento com os seus deveres sociais e melhorando consideravelmente o seu patrimônio. Está instalada em prédio próprio de alvenaria avultado hoje em mais de dois milhões de cruzelros.

Torná-la de utilidade pública, por lei federal, é premiar e estimular a ação daquela entidade que, no cam-

po da assistência social, e todas se antecipou e a tudo tem resistido para sobreviver.

Da sua finalidade tratam os Estatutos que a presente juntamos além da prova de sua inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e atestado de regular funcionamento expedido pelo Dr. Julz de Direito, da 2ª Vara da Comarca de Bragança.

Sala das Sessões do Senado Federal, 5 de novembro de 1963. — Lobão da Silveira.

Projeto publicado no D.C.N. de 8 de novembro de 1963.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Passa-se à votação da emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação (Pausa)

(Procede-se à votação)

Vai ser feita a apuração (Pausa).

Votaram "sim" 31 Srs. Senadores e 6 "não".

Houve 3 abstenções.
A emenda foi aprovada.
E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1 — C.C.J.

Ao artigo 1º:

Suprima-se a expressão:
"nos termos do artigo 1º da Lei número 91, de 28 de agosto de 1955".

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Passa-se ao item seguinte:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1964 (n.º 4.769-B-62, na Casa de origem, que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vir a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço, tendo pareceres sob ns. 1.422 e 1.423, de 1964, das Comissões de Segurança Nacional, favorável oferecendo emenda n.º 1-CSN; de Finanças, favorável.

Sobre a mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lida a seguinte:

EMENDA Nº 2

Ao Projeto de Lei da Câmara número 132, de 1964.

Acrescente-se o seguinte artigo:

Art. Os militares atingidos pela revogação da Lei n.º 338, de 18 de setembro de 1948, serão promovidos ao posto imediato, desde que tenham ou venham a ter quinze anos de oficial até trinta de agosto de 1965.

Justificação

O benefício que a emenda procura assegurar, nas condições que estabeleceu, foi revogado em face da promulgação da Lei n.º 4.378, de 17 de agosto de 1964.

Dado não ser justo que a medida revogatória atinja aqueles que esperavam o benefício em data próxima — pois que dentro de dias iriam completar os quinze anos de oficial requeridos pela Lei n.º 338, de 18 de setembro de 1948 — formulamos a presente emenda, assegurando, a esses a esperada promoção.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1965. — João Américo.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em discussão o Projeto com a Emenda (Pausa). Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

O Projeto sai da Ordem do Dia para pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional sobre a emenda.

Passa-se ao item seguinte.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 189, de 1964 (n.º 894-D-63 na Casa de origem), que dispõe sobre o emprego, em todas as eleições, de cédula oficial, de acordo com a Lei n.º 4.115, de 22 de agosto de 1962, tendo parecer favorável sob n.º 1.199, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, com votos vencidos dos Srs. Senadores Aloysio de Carvalho e Josephat Marinho.

Em discussão o projeto (Pausa). Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO: Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o presente Projeto estabelece, no Art. 1.º, que é o único, o seguinte:

"A votação, em todas as eleições reguladas pela Lei n.º 1.164, de 24 de junho de 1960 (Código Eleitoral, com as alterações da legislação subsequente), que se realizarem a partir da publicação da presente lei, será feita por meio de cédula oficial, de acordo com o disposto na Lei n.º 4.115, de 22 de agosto de 1962."

Esse Projeto nos vem da Câmara, onde teve origem, em 1963. Daí para cá o pensamento político evoluiu, no sentido de uma elaboração de legislação eleitoral totalmente refundida. E' sabido que os trabalhos já estão virtualmente concluídos, e não demorará que o Congresso tenha de apreciar a matéria.

Na Comissão de Constituição e Justiça o parecer foi favorável, mas com votos vencidos, inclusive o meu, quanto à inoportunidade da medida. Inoportunidade — entende-se bem — ante a inconveniência de o Congresso, neste momento votar lei estabelecendo a cédula única para todas as eleições, visto que está ele às portas de uma reformulação completa da legislação eleitoral e, consequentemente, do sistema eleitoral. Estas as razões que, a meu ver, aconselham a rejeição do projeto. Neste sentido, apelo para o Plenário do Senado. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado.

O projeto será arquivado.

E' o seguinte o Projeto rejeitado: —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 189, de 1964

(N.º 894-D, de 1963, na Casa de origem).

Dispõe sobre o emprego, em todas as eleições, de cédula oficial, de acordo com a Lei número 4.115, de 22 de agosto de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A votação, em todas as eleições reguladas pela Lei n.º 1.164,

de 24 de junho de 1960 (Código Eleitoral, com as alterações da legislação subsequente), que se realizarem a partir da publicação da presente lei será feita por meio de cédula oficial, de acordo com o disposto na Lei n.º 4.115, de 22 de agosto de 1962.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro).

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (n.º 136-A-64 na Casa de origem), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro de contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000,00, celebrado entre a União Federal e o Governo de Sergipe em 15 de julho de 1963, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", tendo pareceres favoráveis (sob ns. 1.339 e 1.340, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça (com voto vencido do Sr. Senador Antônio Belbino) e de Finanças.

Em discussão (Pausa). Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 84, de 1964

(N.º 136-A, de 1964, na origem)

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro de contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe em 15 de julho de 1963, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao registro de contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe, em 15 de julho de 1963 com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao item seguinte:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (número 46-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Pará para execução da classificação de produtos agrícolas e pecuários, tendo pareceres favoráveis (sob ns. 1.397 e 1.398, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 103, de 1964

(N.º 46-A, de 1963, na origem)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Pará para execução da classificação de produtos agrícolas e pecuários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantido o ato do Tribunal de Contas denegatório ao termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Pará, para execução da classificação de produtos agrícolas e pecuários.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao item seguinte:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 59, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural do país fronteiriço, e dá outras providências, tendo pareceres (sob ns. 1.514, e 1.515 de 1964), das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda que oferece, sob n.º 1-CCJ; e de Relações Exteriores, favorável.

Em discussão o projeto com a emenda.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente o presente projeto logrou pareceres favoráveis das Comissões competentes — Relações Exteriores e de Constituição e Justiça. Nesta última há emenda de autoria do eminente Senador Aloysio de Carvalho, que diz mais respeito à redução de determinado dispositivo, ou seja, o Art. 2.º do Projeto.

A proposição, Sr. Presidente — como eu disse na justificativa — procura incluir entre aquelas categorias dadas pela Lei, como gozando de determinadas facilidades para obtenção da nacionalidade brasileira, os naturais dos países vizinhos, os países limítrofes. Também faz, como inovação, correções monetárias, e estabelece aqueles requisitos para determinada categoria obter a nacionalidade brasileira — os industriais, os comerciantes, os agricultores — com menor prazo de permanência no País. Também os empregados de missão diplomática brasileira, no Exterior, aos quais a Lei atual dá prazo muito longo com requisito à aquisição da nacionalidade, o presente projeto reduz para dez anos. Se com dez anos de atividade numa dependência do Serviço público brasileiro, no Exterior o estrangeiro quer ser incorporado entre nossos cidadãos entendemos que o prazo de 10 anos é mais do que suficiente para a prova definitiva de tendência para se nacionalizar brasileiro. Daí a alteração oferecida na atual lei de nacionalização.

A Emenda Aloysio de Carvalho é muito boa. Vou explicar, lendo seu texto, qual o objetivo colimado por seu autor.

EMENDA N.º 1

Ao Art. 2.º do Projeto.

Redija-se da seguinte maneira:

"O inciso VI, do § 1.º, do artigo 10 da Lei n.º 818, de setembro de 1949 e (II da nacionalização), alterada pela Lei n.º 3.192, de 4 de julho de 1957, passa a ter a seguinte redação:

"VI. certidões ou atestados que proveem, quando for o caso, as condições do art. 9.º, números I a VIII."

O autor conservou a redação do projeto. A diferença é que, no projeto, a referência é ao item VI, parágrafo 1.º, do art. 10 da Lei número 818, de 15 de setembro de 1949.

Esse inciso teve sua redação alterada pela Lei n.º 3.192, mas não a citou porque se trata de lei específica para dar redação à Lei de 1949 e a alteração da lei já estava atualizada através de redação de leis anteriores.

De modo que a emenda é justa, mas o projeto não está errado. A emenda torna mais explícito e mais pormenorizado o projeto, não ofende a técnica de redação contida no projeto que, também, é perfeita.

Quando cito a Lei n.º 1949, faço-o porque sua redação foi atualizada por leis posteriores.

Assim sendo, fica à soberania do Plenário optar por um dispositivo mais minucioso. Quanto ao mérito do projeto, tenho a declarar que ele obteve a acolhida de todas as Comissões da Casa. De modo que a aprovação ou não da emenda de autoria do Sr. Senador Aloysio de Carvalho não altera os objetivos e nem a justiça da redação da proposição.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Continua em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra darei a discussão por encerrada. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte a Projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 66, DE 1964

Reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de pais fronteiriços e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 9.º da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reacquirição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9.º O prazo de residência, fixado no art. 8.º, n.º II, será reduzido, quando o naturalizando preencher qualquer das seguintes condições:

I — ter filho ou cônjuge brasileiro;

II — ser filho de brasileiro ou brasileiro;

III — recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística;

IV — ser agricultor ou trabalhador especializado em qualquer setor industrial;

V — ter prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Governo;

VI — ser ou ter sido empregado em missão diplomática ou repartição consular do Brasil, bem como em pessoa jurídica brasileira no Exterior, e contar dez anos contínuos de bons serviços;

VII — ser natural de país fronteiro ao Brasil;

VIII — ter, no Brasil, bem imóvel, do valor mínimo de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), ser agricultor ou industrial que disponha de fundos de igual valor, ou possuir cota integralizada de montante, pelo menos idêntico, em sociedade comercial ou civil destinada principalmente e permanentemente, ao exercício da indústria ou da agricultura.

Parágrafo único. A residência será de 1 (um) ano, no caso do n.º II, de 2 (dois) anos, nos casos dos ns. I, VI e VII; e 3 (três) anos, nos demais."

Art. 2.º O inciso VI, do § 1.º, do art. 10, da referida lei, passará a esta redação:

"VI — certidões ou atestados que proveem, quando for o caso, as condições do art. 9.º, ns. I a VIII."

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1964. — Senador Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação a emenda de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N.º 1 — C. C. J.

Ao art. 2.º do Projeto:

Redija-se:

— O inciso VI do § 1.º do art. 10 da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, alterada pela Lei n.º 3.192, de 4 de julho de 1957, passa a ter a seguinte redação:

"VI. certidões ou atestados que proveem, quando for o caso, as condições do art. 9.º, ns. I a VIII."

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 66, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que manda aplicar aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do artigo 42 do Código de Processo Civil, tendo parecer (sob n.º 1.394, de 1964) da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece (emenda n.º 1-CCJ).

Em discussão o projeto com o substitutivo.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Decreto-lei n.º 960, de

1938, que regulava os executivos fiscais, dispunha serem elementos subsidiários as leis dos processos estaduais, porque até então o processo civil era estadual.

Posteriormente, surgiu o Código de Processo Civil, Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939, que não faz menção expressa às Leis dos Executivos Fiscais, o que vale dizer estar em vigor aquela lei subsidiária.

Realmente, assim o entenderam os órgãos do Judiciário.

No presente projeto, vendo esta omissão do Código de Processo Civil, fiz incluir na Lei Processual dos Executivos Fiscais aqueles casos de impenhorabilidade do Código de Processo Civil.

O Ilustre Senador Jefferson de Aguiar, na Comissão de Constituição e Justiça, ofereceu uma emenda ao projeto — lamentando a ausência de S. Ex.ª — que não pode, absolutamente, ser aprovada por este Plenário, porque seria um erro palmar de técnica legislativa. S. Ex.ª aceita as razões da proposição, acha que aqueles casos de impenhorabilidade da lei civil devem ser incluídos na lei fiscal, mas adota uma redação que não se concilia sequer com as datas das leis citadas. Chamo a atenção do Plenário para a rejeição da emenda de S. Ex.ª, pois, aceitando as razões do projeto, propôs, não uma redação ao novo Código de Processo Civil, mas ao art. 76 do Decreto-lei n.º 960, de 1938. A emenda tem a seguinte redação:

"Art. 76. Nos casos omissos aplicar-se-á o Código de Processo Civil (Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939, com as modificações posteriores) subsidiariamente."

S. Ex.ª quer que uma lei com data de 1938 faça menção a uma lei de 1939.

Assim, neste ponto, o projeto é acertado quando diz:

"Art. 1.º Nas execuções fiscais promovidas nos termos do Decreto-lei n.º 960 de 1939 ...

Isto sim. É a lei atual que pode fazer referência à de 1938.

"... aplicam-se quanto aos bens e direitos, objeto de penhora, as cláusulas de impenhorabilidade previstas no art. 42 do Código de Processo Civil".

O objeto é o mesmo, mas com a redação justa, normal. A da emenda seria absurda, profundamente contraditória, porque adota caso materialmente impossível.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, peço a aprovação do presente projeto e a rejeição da emenda da Comissão de Constituição e Justiça. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência sente-se no dever de lembrar ao nobre Senador Bezerra Neto que o Substitutivo tem preferência regimental para a votação. Se S. Ex.ª deseja inverter essa ordem, deverá encaminhar à mesa requerimento nesse sentido.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, como autor do projeto, enviarei requerimento à mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Bezerra Neto, que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n.º 10, de 1965

Requeiro, nos termos regimentais, preferência para o projeto, a fim de ser votado antes das respectivas emendas.

Sala das Sessões, em 10-2-65. — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em consequência, passa-se à votação do projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. A emenda fica prejudicada. Voltará à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 66, DE 1964

Manda aplicar aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do artigo 42 do Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Nas execuções fiscais promovidas nos termos do Decreto-lei 960, de 1938, aplicam-se quanto aos bens e direitos, objeto de penhora, as cláusulas de impenhorabilidade previstas no art. 42 do Código de Processo Civil.

a penhorar obedecendo-se à graduação prevista no Código de Processo Civil.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa dois requerimentos. Lidos Na Hora do Expediente, que serão submetidos à discussão e votação do Plenário.

Em discussão o Requerimento n.º 7, que pede seja destinada a primeira Hora do Expediente de amanhã a uma homenagem à memória do inolvidável estadista Winston Churchill. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em discussão o requerimento n.º 8 de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres, lido igualmente no Expediente da sessão de hoje, que pede seja designada uma Comissão para representar o Senado nos trabalhos do Congresso de Assembléias Estaduais. (Pausa.)

Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Em consequência da aprovação do Requerimento, designo os Srs. Senadores Vasconcelos Torres, Ruy Carneiro, Antonio Carlos, Aurélio Viana e Guido Mondin, para constituírem a Comissão que representará esta Casa no decorrer dos trabalhos do conclave das Assembléias Legislativas Estaduais.

Esgota-se a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pouca.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, no horário regimental, a seguinte:

ORDEN DO DIA

Sessão de 11 de fevereiro de 1965 (Quinta-Feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1954 (nº 2.411-B-34 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências, tendo: Parecer favorável, sob nº 1.678, de 1964, da Comissão de Finanças e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda; da Comissão de Finanças, sobre a emenda.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1964, de autoria do Sr. Senador Wilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Sociedade Auxiliadora da Maternidade Dr. João da Rocha Moreira, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, tendo: Pareceres favoráveis, sob nº 1.227 e 1.221, de 1964, das Comissões — de Constituição e Justiça e — de Saúde.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1935, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal Sebastião Ruy Rôllo Maciel.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 49-A-63 na Casa de origem), que mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União ao contrato de locação celebrado entre a Fazenda Nacional e o Sr. Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, tendo: Pareceres favoráveis (sob nºs 1.399 e 1.400, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça e — de Finanças.

5

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1963, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, que autoriza o Poder Executivo a mandar editar as obras completas de Lúcio de Mendonça e dá outras providências, tendo: Pareceres favoráveis sob nºs 1.324, 1.325 e 1.313, de 1964, das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Educação e Cultura; e — de Finanças.

6

Discussão, em 1º turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1963, de autoria do Senhor Senador Aarão Steinbruch, que torna extensivo aos servidores dos Tribunais Regionais o disposto no artigo 7º da Lei nº 4.087, de 5 de junho de 1962, tendo: Parecer (nº 516, de 1964) da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição por inconstitucionalidade.

7

Discussão, em 1º turno (apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A do Regimento), do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1963, de autoria do Sr. Senador Moura Palha, que eleva o Território

Federal do Amapá à categoria de Estado e dá outras providências, tendo: Parecer (sob nº 17, de 1965) da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

8

Discussão, em 1º turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1963, de autoria do Senhor Senador José Feliciano, que estabelece novas diretrizes para a execução dos Planos quinquenais de Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências, tendo: Parecer (nº 1.036, de 1964) da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição, por inconstitucionalidade.

9

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1963, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, que altera o Anexo IV da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, no que se refere às séries de Classes de Assistência de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem tendo: Parecer sob número 1.143, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucional.

10

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a publicação e distribuição de músicas populares brasileiras e dá outras providências, tendo: Parecer a.b nº 1.144, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucional.

11

Discussão, em 1º turno (apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1964, de autoria do Senhor Senador Aarão Steinbruch, que regula a venda de edifícios de apartamentos residenciais, por incorporações ou financiamentos públicos, tendo: Parecer (nº 791, de 1964) da Comissão de Constituição e Justiça, contrário por injuridicidade.

12

Discussão, em 1º turno do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1964 de autoria do Sr. Senador João Agripino, que dispõe sobre a correção dos valores das prêmios concedidos pela União, para a construção de obras de irrigação e irrigação, em regime de cooperação, tendo: Pareceres (sob nºs 1.236 a 1.238 de 1964) das Comissões de: — Constituição e Justiça, pela constitucionalidade — Polígono das Secas, favorável, com a emenda que oferece sob nº 1-CPS — Finanças, favorável ao projeto e a emenda 1-CPS.

PROJETOS A SEREM DECLARADOS PREJUDICADOS

13

Discussão, em primeiro turno (1º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que acrescenta parágrafos ao artigo 81 da Constituição, tendo: Parecer (nº 1.490, de 1964) da Comissão Especial, considerando o projeto prejudicado, face à promulgação da Emenda Constitucional nº 9-64.

14

Continuação da discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado, que revoga dispositivos de Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, tendo: Pareceres (nºs 234 e 235, de 1961, 439 de 1963, e 1.100, de 1964) das Comissões de: — Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — Segurança Nacional — 1º pronunciamento pela aprovação; 2º pronunciamento (depois de cumprida a diligência solicitada no Requerimento nº 273-81) no sentido de ser sobrevida a matéria, tendo em vista o que dispõe o art. 53, da Lei nº 4.302, de 1977-63 (tira novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares); 1º pronunciamento (depois de ultimada a elaboração da Lei que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares), pelo arquivamento.

15

Projeto de Lei do Senador nº 191, de 1963, da autoria do Sr. Senador

Atílio Fontana, que prorroga, até 31 de dezembro de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28.12.1950 — Lei de Inquilinato — e dá outras providências (matéria prejudicada pela aprovação, em 11.11.64, em Substitutivo da Comissão Mista, do PL13.64 — (C.N.), que regula a locação de prédios urbanos).

16

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1954, de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que reorganiza a Casa da Moeda do Brasil e dá outras providências, tendo: Parecer, sob nº 1.342, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento do projeto, dada a sua inconstitucionalidade e por ser a matéria nele versada objeto de proposição de iniciativa do Sr. Presidente da República (Projeto de Lei nº 16, de 1964 — C. N.).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos).

ATA DAS COMISSÕES

Comissão de Finanças

61.ª REUNIAO, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1964

As 15 horas do dia 28 de novembro de 1964, na Sala da Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Daniel Krieger, presentes os Senhores Pessoa de Queiroz, Bezerra Neto, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Antonio Jucá, Sigefredo Pacheco, Eurico Rezende, Irineu Bornhausen, Lino de Mattos e Menezes Pimentel, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Victorino Freire, Mém de Sá, Leite Neto, Argemiro de Figueiredo e Aurélio Vianna.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Sr. Lobão da Silveira

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1964, que mantém ato do Tribunal de Contas da União que negou registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas.

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1964, que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusa o termo de registro do contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Joaquim José Ferreira Couto.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 24.413.800,00, destinados à instalação e adaptação de sua sede.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 301, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 5.422.893,30, para atender a despesas com pessoal civil, salário-família e gratificações adicionais por tempo de serviço dos servidores de sua secretaria;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 284, de 1964, que altera a Lei nº 4.089-B, de 12 de junho de 1962, que assegura a isenção do imposto de renda e adicional às indústrias de beneficiamento de juta localizadas na Amazônia; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 282, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis-

tério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.130.000,00, destinado ao pagamento de despesas do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Pelo Sr. Irineu Bornhausen

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 293, de 1964, que isenta do imposto de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S. A.; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1963, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a Rodovia Colônia Semeiro-Júlio de Castilhos, BR-14, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a emenda nº 1, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Pelo Sr. Eurico Rezende

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1964, que determina a elaboração do Plano de Aplicação dos recursos de que trata o art. 163, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Sem restrições é o parecer aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Sigefredo Pacheco

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00, destinado a aquisição e fabricação de munições; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1964, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e da agenciador de propaganda e dá outras providências, bem como as emendas de nºs 1 a 4 da Comissão de Legislação Social.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Pelo Sr. Antonio Jucá

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 263, de 1964, que concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Sul Baiano, no Estado da Bahia.

A Comissão aprova o parecer.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1964, que isenta do imposto de importação material destinado à fabricação de centrais tele-

tônicas a ser importado pela Siemens do Brasil Companhia de Eletricidade. O parecer é aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Bezerra, Neto

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1964, que cria, na Justiça do Trabalho da 3.ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 302, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República — Conselho Nacional de Telecomunicações — o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 311, de 1964, que transfere verbas do Orçamento da Comissão do Vale do São Francisco; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender as despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia.

Submetidos os pareceres à discussão e votação sem restrições, são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

62ª REUNIAO, REALIZADA PM 28 DE NOVEMBRO DE 1964

As 19:30 horas do dia 28 de novembro de 1964, na Sala da Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. Daniel Krieger, presentes os Senhores Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Aurélio Vianna, Lobão da Silveira, Lino de Mattos, Pessoa de Queiroz, Antonio Jucá, Sigfredo Pacheco, Bezerra Neto, Irineu Bornhausen, José Gulomard e Edmundo Levi, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Victorino Freire, Mem de Sá, Argemiro de Figueiredo e Leite Neto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Sr. Wilson Gonçalves

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 125.251.570,63, para pagamento de débitos da Divisão do Material do mesmo Ministério;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1964, que dispõe

sobre a venda das casas residências que integram a "Vila Demóstenes Rockert", em Fortaleza, a seus atuais ocupantes; e

Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1959, que modifica o artigo 4º do Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1943.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Sr. Lino de Mattos

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 1964, que concede, pelo prazo de 4 anos, isenção dos impostos de importação e consumo para importação de material destinado à instalação ou ampliação de Indústria Nacional de Mecânica Pesada, e dá outras providências.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Eurico Rezende

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 1964, que isenta da taxa de despacho aduaneiro a que se refere o artigo 66 da Lei número 3.244, de 1957, a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 1964, que autoriza a alienação de imóvel da União que menciona, situado no Estado da Guanabara; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 290, de 1964, que concede isenção de impostos de importação e de consumo para centros telefônicos a serem importados pelas Companhias Telefônicas de Valinhos e Empresa Telefônica de Ararás, ambas no Estado de São Paulo, e pela Companhia Telefônica de Goiás, no Estado de Goiás.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Sr. Pessoa de Queiroz

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 1964, que define a competência julgadora de recursos fiscais;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 306, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.502.419,80, para ocorrer a despesas com pagamento devido ao pessoal admitido por conta de verba de obras, e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 294, de 1964, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.269.000,00, em favor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1964, que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel, e dá outras providências.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 1964, que isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Ltda. (TV-RIO).

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Sr. Irineu Bornhausen

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1964, que autoriza a emissão de selo postal comemorativo do 1º Centenário do Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Lobão da Silveira

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 312, de 1964, que altera, sem aumento de despesa a Lei 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964, na parte referente ao Subanexo 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — 17 — Territórios Federais.

A Comissão aprova o parecer.

Pelo Sr. Daniel Krieger

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 313, de 1964, que fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal e do Serviço Judiciário da União, e dá outras providências.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

63ª REUNIAO, REALIZADA FM 30 DE NOVEMBRO DE 1964

As 15:00 horas, do dia 30 de novembro de 1964, sob a presidência do Senhor Senador Daniel Krieger, presentes os Senhores Senadores Lino de Mattos, Antonio Jucá, Pessoa de Queiroz, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, Irineu Bornhausen, Sigfredo Pacheco e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixaram de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Lobão da Silveira, Leite Neto, Argemiro de Figueiredo, Mem de Sá e Aurélio Vianna.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lino de Mattos que emite parecer contrário à emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 1964, que concede prorrogação até 30 de junho de 1964, de prazo estabelecido no artigo 1º da Lei 3.963, de 20 de setembro de 1961.

Sem restrição, é o parecer aprovado pela Comissão.

Prosseguindo o Senhor Senador Irineu Bornhausen oferece parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 323, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral o crédito suplementar de Cr\$ 66.679.000,00 em reforço à dotação do Orçamento vigente.

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

64ª REUNIAO DA COMISSAO DE FINANÇAS

As 18:00 horas, do dia 30 de novembro de 1964, sob a presidência do Senhor Senador Daniel Krieger, presentes, Wilson Gonçalves, Irineu Bornhausen, Antonio Jucá, Eurico Rezende, Bezerra Neto, Lobão da Silveira, Eurênio Barros e Pessoa de Queiroz, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Sigfredo Pacheco, Leite Neto, Argemiro de Figueiredo, Mem de Sá e Aurélio Vianna.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Lino de Mattos, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1964, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências e contrário às emendas a ele apresentadas. O parecer é aprovado pela Comissão.

A seguir o Senador Irineu Bornhausen apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1964, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências. A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1.º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2.º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3.º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4.º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1.º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2.º Suplente — (sem legenda) (PSD)
 3.º Suplente — Vasconcelos Torres (PTB)
 4.º Suplente — Heribaldo Vieira (sem legenda — BPD)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Gutomard — Acre	12. Antônio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Atílio Fontana — Santa Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondin — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — M. Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. Leite Neto — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	11. José Ermírio — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	12. Silvestre Pérciles — Alagoas
4. Edmundo Levi — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro
5. Arthur Virgílio — Amazonas	14. Nelson Maculan — Paraná
6. Antônio Jucá — Ceará	15. Mello Braga — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 15 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Padre Calazans — São Paulo
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Adolpho Franco — Paraná
3. José Cândido — Piauí	11. Irineu de Azevedo — S. Catarina
4. Dinarte Mariz — R. G. do Norte	12. Antônio Carlos — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Milton Campos — Minas Gerais
7. Eurico Rezende — E. Santo	15. Lopes da Costa — Mato Grosso
8. Afonso Arinos — Guanabara	

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia	2. Mem de Sá — R. G. do Sul
--------------------------------	-----------------------------

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará	2. Lino de Matos — S. Paulo
----------------------------	-----------------------------

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 3 representantes

1. Raul Gluberti — E. Santo	2. Miguel Couto — R. de Janeiro
-----------------------------	---------------------------------

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia	2. Heribaldo Vieira — Sergipe
-----------------------------	-------------------------------

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	3
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	64
Sem legenda	2
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores
Total	10 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder: Lino de Matos (PTN)	Júlio Leite — (PR)
Vice-Líderes:	Josaphat Marinho (sem legenda)
Aurélio Vianna (PSB)	Aarão Steinbruch (MTR)
	Miguel Couto (PSP)
	Arnon de Mello (PDC)

II — PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
 Sigefredo Pacheco
 Walfredo Gurgel

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Arthur Virgílio

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Antônio Jucá

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
 Adolpho Franco
 Padre Calazans
 Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá
 Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto
 Vice-Líder: Raul Gluberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Matos
 Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente — Senador José Ermírio (PTB)

Vice-Presidente — Senador Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares	Suplentes
Eugênio Barros	1. Atílio Fontana
José Feliciano	2. Benedito Valladares

PTB

Titulares	Suplentes
José Ermírio	1. Melo Braga
Dix-Huit Rosado	2. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares	Suplentes
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino

B.P.I.

Titulares	Suplentes
Júlio Leite	Raul Gluberti (PSP)

Secretário — José Ney Dantas.

Reuniões: — quintas-feiras, às 10 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente — Afonso Arinos (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

Antônio Balbino
Aloysio de Carvalho (PL)
Afonso Arinos
Milton Campos (*)
Jefferson de Aguiar
Titulares
Ruy Carneiro

Suplentes
Suplentes
1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. José Feliciano
4. Filinto Müller

Titulares
Edmundo Levi
Bezerra Neto
Arthur Virgílio

Suplentes
1. Argemiro de Figueiredo
2. Oscar Passos
3. Melo Braga

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino
3. Eurico Rezende

B.P.I.

Suplentes
Aarão Steinbruch (ACTE)
Mária — Maria Helena Bueno Brandão,
Reuniões — quartas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

PRESIDENTE: Senador Aurélio Viana

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Ludovico

Suplentes
P. B. D. José Feliciano
Walfredo Gurgel
P. T. B. Melo Braga
Antônio Jucá
U. D. N. Zacharias de Assumpção
Lopes da Costa

B. P. I. Lino de Mattos

SECRETARIO: Aracy O'Reilly de Souza
REUNIÕES: 5ª-feiras — às 16,00 horas

ECONOMIA

Presidente — Leite Neto (PSD)
Vice-Presidente — José Ermirio (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares
Leite Neto
Atílio Fontana
José Feliciano

Suplentes
1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

Titulares
José Ermirio
Melo Braga

Suplentes
1. Bezerra Neto
2. Oscar Passos

Suplentes
Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

Titulares
1. José Cândido
2. Zacharias de Assumpção
3. Mem de Sá (PL)

B.P.I.

Titulares
Miguel Couto (PSP)
Secretária — Aracy O'Reilly,
Reuniões — quintas-feiras, às 15,30.

Suplentes
Aurélio Viana (PSE)

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares
Menezes Pimentel
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes
1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel

(*) Licenciado. Substituído pelo Sr. Eurico Rezende.

PTB

Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

1. Edmundo Levi
2. Vivaldo Lima

UDN

Titulares
Padre Calazans
Mem de Sá (PL)

Suplentes
1. Afonso Arinos
2. Milton Campos

B.P.I.

Titulares
Josaphat Marinho (Sem legenda)
Secretária — Vera Alvarenga Mafra.
Reuniões — quartas-feiras, às 16 horas.

Suplentes
Lino de Mattos (PTN)

FINANÇAS

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

COMPOSIÇÃO

Titulares
PSD
Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

Suplentes
PSD
1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

Titulares
PTB
Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Suplentes
PTB
1. José Ermirio
2. Edmundo Levi
3. Melo Braga
4. Oscar Passos

Titulares
UDN
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Suplentes
UDN
1. Milton Campos
2. João Agripino
3. Adolfo Franco

Titular
PL
Mem de Sá

Suplente
PL
1. Aloysio de Carvalho

Titulares
BPI
Lino de Mattos (PTN)
Aurélio Viana (PSE)

Suplentes
BPI
1. Júlio Leite (PR)
2. Josaphat Marinho
(Sem legenda)

Secretário — Hugo Rodrigues Figueiredo
Reunião — quartas-feiras, às 10 horas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente — Senador José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Senador Nelson Maculan (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares
José Feliciano
Atílio Fontana

Suplentes
Lobão da Silveira
Sebastião Archer

Titulares
Nelson Maculan
Barros de Carvalho

Suplentes
Vivaldo Lima
Oscar Passos

Titulares
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

Suplentes
Lopes da Costa
Eurico Rezende

B.P.I.

Aarão Steinbruch
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.
Reunião — quintas-feiras, às 16,30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE: Senador Vivaldo Lima (P.T.B.)
VICE-PRESIDENTE: Senador Walfredo Gurgel (P.S.D.)

Titulares
Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

Suplentes
Leite Neto
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Lobão da Silveira

Titulares
Vivaldo Lima
Antônio Jucá

Suplentes
Edmundo Levi
Pessoa de Queiroz

Titulares
Eurico Rezende
Antônio Carlos

Suplentes
Lopes da Costa
Zacharias de Assumpção

Titulares
Aurélio Viana

Suplentes
Aarão Steinbruch

SECRETARIO: Cláudio I. Carneiro Leal
REUNIÕES: 3ª-feiras — às 15,00 horas

MINAS E ENERGIA

PRESIDENTE: Senador Josaphat Marinho (P.B.I.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Ermírio (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Benedicto Valladares		Pedro Ludovico
Jefferson de Aguiar		Filinto Müller
José Ermírio	P. T. B.	Nelson Maculan
Argemiro de Figueiredo		Antônio Jucá
João Agripino	U. D. N.	José Cândido
Antônio Carlos		Afonso Frinco
Josaphat Marinho	B. P. I.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

POLICONA DAS SECAS

PRESIDENTE: Senador Ruy Carneiro (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna (P.S.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Ruy Carneiro		Sigfredo Pacheco
Sebastião Archer		Leite Neto
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Ontônio Jucá
Argemiro de Figueiredo		José Ermírio
João Agripino	U. D. N.	Lopes da Costa
José Cândido		Antônio Carlos
Aurélio Vianna	P. S. B. e P. R.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

REUNIÕES: 5ª-feira — às 16,00 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

PRESIDENTE: Senador João Agripino (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wilson Gonçalves (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		1. Walfredo Gurgel
José Guilomard		2. José Feliciano
		3. Rui Carneiro
Mem de Sá	P. L.	1. Aloysio de Carvalho
Barros Carvalho	P. T. B.	1. Edmundo Levy
Ezerra Neto		2. Melo Braga
Daniel Krieger	U. D. N.	1. Antônio Carlos
		2. Adolfo Franco
Lino de Mattos	B. P. I.	1. Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: José Soares do Oliveira Filho, eventual.

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15,00 horas

REDAÇÃO

PRESIDENTE: Senador Dix-Huit Rosado (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Walfredo Gurgel		Lobão da Silveira
Sebastião Archer		José Feliciano
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Edmundo Levy
Antônio Carlos	U. D. N.	Eurico Rezende
Júlio Leite	B. P. I. e S/LEGENDA	Josaphat Marinho

SECRETÁRIO: Neuza J. Verrissimo

REUNIÕES: 4ª-feira — às 16,00 horas

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente — Benedito Valladares (PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares	PSD	Suplentes
Benedicto Valladares		1. Ruy Carneiro
Filinto Müller		2. Leite Neto
Menezes Plunetel		3. Victorino Freire
José Guilomard		4. Wilson Gonçalves
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Antônio Jucá
Vivaldo Lima		2. Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos		3. Melo Braga
Antônio Carlos	U. D. N.	1. Padre Calazans
José Cândido		3. João Agripino
Rui Palmeira		3. Mem de Sá (FL)
Aarão Steinbruch (MTR)	B. P. I.	Lino de Mattos (PTN)

Secretário — João Batista Cartojon Branco.

Reuniões — quintas-feiras, às 16 horas.

SAUDI

PRESIDENTE: Senador Sigfredo Pacheco (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Cândido (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Sigfredo Pacheco		Walfredo Gurgel
Pedro Ludovico		Eugênio Barros
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Antônio Jucá
Raul Giuberti	P. S. P.	Miguel Couto
José Cândido	U. D. N.	Lopes da Costa

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: 5ª-feira — às 16,00 horas

SEGURANÇA NACIONAL

VICE-PRESIDENTE: Senador Oscar Passos (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Victorino Freire		Ruy Carneiro
José Guilomard		Atílio Fontana
Oscar Passos	P. T. B.	José Ermírio
Silvestre Péricles		Dix-Huit Rosado
Zacharias de Assumpção	U. D. N.	Adolfo Franco
Irineu Bornhausen		Eurico Rezende
Raul Giuberti	B. P. I.	Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: Alexandre Pfander

REUNIÕES: 5ª-feira — às 16,00 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PRESIDENTE: Senador Aloysio de Carvalho (P.L.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Leite Neto (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		Victorino Freire
Sigfredo		Filinto Müller
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Melo Braga
Silvestre Péricles		Antônio Jucá
Padre Calazans	U. D. N.	Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho	P. L.	Mem de Sá
Aarão Steinbruch	B. P. I.	Miguel Couto

SECRETÁRIO: José Ney Passos Dantas

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15,00 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PRESIDENTE: Senador Lopes da Costa (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Bezerra Neto (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Eugênio Barros		Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves		José Guilomard
Bezerra Neto	P. T. B.	Melo Braga
Lopes da Costa	U. D. N.	Irineu Bornhausen
Miguel Couto	P. S. P.	Raul Giuberti

SECRETÁRIO: Alexandre Pfander

REUNIÕES: 4ª-feira — às 16,00 horas

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 16 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Gilberto Marinho - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Heribaldo Vieira - UDN.
Milton Campos - UDN.
Vasconcelos Torres - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 13 de agosto de 1963. Designada em 23 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.
Arthur Virgílio - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.
Josephat Marinho - S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Eurico Vieira, aprovado na sessão do 3 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermirio - Relator - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Aurélio Vianna - PSD.
PL-4, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão do 10 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermirio (Presidente) - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 16 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 605-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 10 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Atílio Fontana - PSD.
Eugênio Barros - PSD.
José Ermirio (Relator) - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Melo Braga - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Milton Campos (Presidente) - UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ª feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão do 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
José Ermirio - PTB.
Erineu Bornhausen - UDN.
Júlio Leite - PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.
Secretária: Oficial Legislativo.

COMISSÕES ESPECIAIS

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE 8 JOSES DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Antônio Jucá - PTB.
Padre Calazans - UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12 1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves - PSD.
Leite Neto - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
João Agripino - UDN.
Aurélio Vianna - PSD.
Josephat Marinho - Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.
Aderbal Jurema - PSD.
Laerte Vieira - UDN (Substituto pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias - UDN.
Doutel de Andrade - PTB.
Arnaldo Cerdreira - PSP.
Juarez Fávora - PDC.
Ewaldo Pinto - MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto - Presidente
Afonso Arinos - Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar - Relator.
Leite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly d. Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 809-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 770-61, apr. em 12 de dezembro de 1963.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 13 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1963, 16 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Benedicto Valladares - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Daniel Krieger - UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira - UDN.
Rui Palmeira - UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PSD.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Afonso Celso - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.
Mem de Sá - PL.
Josephat Marinho - S/legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPOE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSAO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAISES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

- até 16 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 207-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1964) - PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
Silvestre Péricles (.....) - PTB.
Vivaldo Lima - PTB.
Arnauy Silva (24 de abril de 1963) - PTB.
Vera do Senador Pinto Porteiro (24 de abril de 1963) - Relator - PL.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lobão da Silveira - PTB.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSAO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 803-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 19 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1963, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Memoros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 805-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Pinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963 — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1963, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ANTECIPAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 18.9.62

Prorrogação:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — Relator — PSD.

Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Mem de Sá — PL.

Júlio Leite (23.4.63) — PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogação:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.